

**Famílias humildes de pescadores  
versus índios em extrema pobreza:  
a representação de atores sociais  
no discurso midiático sobre  
demarcação de terras indígenas**  
*Poor fishermen families versus  
indigenous people in extreme poverty:  
a representation of social actors on  
media discourse about indigenous lands  
demarcation*

Carlos Maroto Guerola\*

**Resumo:** O presente trabalho busca apontar estratégias discursivas para *des-enfatização* de atores sociais indígenas no discurso da mídia de massas brasileira em relação à demarcação de terras indígenas. Para tanto, é analisada uma reportagem do Jornal do Meio Dia da RIC TV Santa Catarina, de outubro de 2013, sobre o conflito em torno da demarcação da terra indígena guarani do Morro dos Cavalos (Palhoça, SC). Prestando especial atenção ao desacato ao Princípio de Cooperação de Grice (1975/1999), são identificadas cinco estratégias discursivas de *des-enfatização*, que exploram a máxima de quantidade por meio de omissões. Exemplifica-se, assim, o modo em que a representação de atores sociais indígenas nesse discurso serve à *invenção* da sua etnicidade por parte da grande mídia com o objetivo de favorecer opiniões contrárias à demarcação da terra indígena em questão e das terras indígenas no país de modo geral.

**Palavras-chave:** Análise crítica do discurso; terras indígenas; discurso midiático.

**Abstract:** This paper seeks to point out discursive strategies to *de-emphasize* indigenous social actors in Brazilian mass media discourse on indigenous lands demarcation. For that purpose, it is analyzed a report by RIC TV Santa Catarina Midday News broadcasted in October 2013 about the conflict on the demarcation of the Guarani indigenous land of Morro dos Cavalos (Santa Catarina, Brazil). Special attention is paid to how the report flouts Grice's (1975/1999) Cooperative Principle through the exploitation of its quantity maxim. Five discursive strategies are thus identified, strategies that exemplify how

\* Mestre e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: cmguerola@gmail.com

the representation of indigenous social actors in that discourse works for the *invention* of ethnicity by the mass media to shape opinions against the demarcation of the indigenous land at issue and indigenous lands in the country as a whole.

**Key words:** Critical discourse analysis; indigenous lands; media discourse.

## 1 Telejornais de massa e demarcação de terras indígenas na Grande Florianópolis

No início do mês de outubro de 2013, colegas de uma lista de e-mail para discussão e organização em torno das comunidades guarani da Grande Florianópolis fomos surpreendidos pela divulgação, por parte do Jornal do Meio Dia da RIC TV Santa Catarina, de uma série de três reportagens sobre o conflito fundiário da região do Morro dos Cavalos (localizada no sul do município de Palhoça, SC). Os nossos comentários no grupo de discussão frisaram a gritante assimetria com que foram representados nessas reportagens alguns dos atores sociais envolvidos no conflito, especificamente, os moradores indígenas da aldeia indígena guarani do Morro dos Cavalos e os moradores não indígenas da região da Enseada do Brito. Esses espaços geográficos se sobrepõem parcialmente, e é em relação a eles que versa o conflito em torno da demarcação e homologação da região como Terra Indígena (TI), da desintração dos moradores não indígenas e da inviabilização de atividades especulativas na região.

Para os conhecedores de primeira mão dos discursos guarani sobre o conflito<sup>1</sup>, a assimetria daquela representação de atores sociais era evidente, óbvia, estereotipada, um retrato completo e propositalmente parcial do conflito. O perigo e a gravidade dessa representação assimétrica residiam na visão distorcida do conflito a que estavam sendo expostos aqueles espectadores do Jornal do Meio Dia desconhecedores da problemática daquela região. Esses espectadores estavam tendo acesso a uma representação ostensivamente parcial em favor de uma das populações envolvidas e, principalmente, em favor dos interesses políticos e econômicos dos proprietários do meio de comunicação em questão e dos seus aliados.

Com o fim de sustentar teórica e empiricamente, desde os estudos linguísticos e do discurso, a acusação de parcialidade proposital com que alguns

---

<sup>1</sup> Para um contato inicial com esses discursos, cf. Comunidade Guarani Itaty/Morro dos Cavalos, Comissão Guarani Nhemonguetá, Conselho Estadual dos Povos Indígenas, Conselho Indigenista Missionário, Comissão de Assuntos Indígenas/Associação Brasileira de Antropologia, MArquE e Licenciatura Intercultural Indígena/UFSC. *Cronologia da luta pela demarcação da Terra Indígena Morro dos Cavalos - fatos relevantes. Duas décadas de espera (1993 - 2013)*. Palhoça/Florianópolis. 19 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/file?id=1053>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

atores sociais envolvidos nos conflitos sobre demarcações de terras indígenas são representados pela mídia de massas, adoto a definição de política de Gee (2001). Para esse autor, política são as interações e relações sociais humanas com implicações sobre como os bens sociais são ou devem ser distribuídos. Adoto também a definição de bens sociais desse autor, quem os identifica com tudo aquilo que é considerado por um grupo como fonte de poder, de status ou de riqueza. Adoto, finalmente, a sua posição de que toda linguagem em uso é sempre e em todo lugar política (GEE, 2001).

Nessa perspectiva, o propósito primário da linguagem não é comunicar informação, e sim andaimar tanto a representação de atividades sociais quanto a filiação humana a culturas, grupos e instituições sociais (GEE, 2001). Os diferentes usos da linguagem estão vinculados a identidades e atividades diversas, e eles são sempre adquiridos e legitimados dentro de práticas moldadas socio-historicamente em função dos valores e interesses de certos grupos (GEE, 2001). O discurso produzido através do uso da linguagem na reportagem do Jornal do Meio Dia da RIC TV Santa Catarina que será analisada neste artigo emerge das práticas de produção e divulgação de identidades e atividades dos grandes grupos midiáticos, que têm base nos valores e interesses dos seus donos e aliados.

Para Gee (2001), o fato de as pessoas terem acesso desigual às identidades e atividades ligadas às diversas formas de status e de bens sociais é uma fonte de inequidade social. O estudo do uso da linguagem na representação das identidades e atividades das populações envolvidas no conflito abordado pela série *Morro dos Cavalos: uma montanha de problemas em discussão* está integralmente vinculado, portanto, à busca de uma maior equidade e justiça na representação de ambos os grupos, e do próprio conflito, pela mídia industrial de massas. A análise crítica das estratégias discursivas usadas pelos enunciadorees das reportagens pode lançar luz sobre o modo em que a grande mídia arquiteta a representação assimétrica de verdades e identidades em favor da não demarcação de terras indígenas no Brasil. Nesse sentido, a análise apresentada neste artigo busca dar resposta às seguintes perguntas: Como é discursivamente construída a representação assimétrica dos atores sociais indígenas em relação aos não indígenas na série *Morro dos Cavalos: uma montanha de problemas em discussão*<sup>2</sup>? Que efeitos de sentido possui tal assimetria na representação da identidade dos indígenas guarani? Como eles ajudam a

---

<sup>2</sup> O vídeo da segunda reportagem da série *Morro dos Cavalos: uma montanha de problemas em discussão*, objeto de análise deste artigo, pode ser acessado em: <<http://ricmais.com.br/sc/jornal-do-meio-dia/videos/mais-de-60-familias-devem-receber-indenizacao-para-obra-do-morro-dos-cavalos%2C-em-palhoca/>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

estabelecer o sistema de diferenciações que permite o exercício de poder pelo grupo midiático enunciador e os seus aliados no campo de informação e de ação possível dos espectadores?

Com o objetivo de dar resposta a tais perguntas, teço, na próxima seção, um arcabouço teórico que discorre, em primeiro lugar, sobre a definição e construção dos leitores imaginários de telejornais de massa a partir de autores como Coulthard (1994), Caldas-Coulthard (1996) e Gee (2001). Segue-se a problematização da economia política da verdade (FOUCAULT, 1976/1995; 1979/200-?) constituída pelos procedimentos regulados para legitimar enunciados e discursos como verdadeiros. Tal economia estabelece relações de poder através de um sistema de diferenciações, que diz respeito à construção de identidades sociais. A linguagem como cerne dessa construção é discutida a partir de autores como Bakhtin (1997), Hall (2006) e Van Leeuwen (1996). Finalmente, a construção de identidades étnicas também é considerada à luz de estratégias de inclusão/exclusão para o exercício de poder entre grupos sociais (MAKONI; MAKONI, 2013; OLIVEIRA, 1976).

Na seção sobre a metodologia de análise, levanto considerações a respeito do Princípio de Cooperação teorizado por Grice (1975/1999), assim como a respeito dos efeitos de sentido produzidos pelo desacato a tal princípio através da exploração das suas máximas conversacionais. Na seção de análise, identifico cinco estratégias para a des-enfatização de atores sociais por meio da exploração da máxima de quantidade através de omissões em relação aos atores indígenas na reportagem. Aponto igualmente para as implicaturas conversacionais ativadas por tal exploração. Finalmente ofereço, em forma de considerações finais, uma síntese da resposta às perguntas de pesquisa colocadas no trabalho.

## 2 Políticas de verdade e representação de atores sociais

O site do Grupo RIC (<http://ricmais.com.br/><sup>3</sup>), representa a corporação com o “conceito editorial consagrado” da “proximidade com a população das regiões onde atua”. As equipes de jornalismo e comunicadores da RIC TV Santa Catarina, por sua vez, são representados com a qualidade de “conhecer a realidade de cada região, ouvir a população e falar com a comunidade”. De acordo com o site, a “interatividade entre a programação RIC TV Record e a comunidade gera informação e entretenimento de qualidade com o jeito de cada região do nosso estado”. O Jornal do Meio Dia, finalmente, é representado

<sup>3</sup> Acesso em: 17 abr. 2014

como sendo “um telejornal especialmente voltado para as comunidades onde reportagens especiais, denúncias e notícias do cotidiano são apresentadas *com seriedade e transparência*”, no qual “o *povo* tem voz, participa e interage” (grifos meus). Como cabe esperar de um telejornal da mídia de massas, o Jornal do Meio Dia da RIC TV Santa Catarina se representa perante os seus leitores imaginados (COULTHARD, 1994) como um telejornal que, devido à sua proximidade e interatividade com o *povo*, apresenta, *com seriedade e transparência, a realidade*.

Coulthard (1994) afirma ser necessário imaginar um leitor para criar um texto. Apenas assim se torna possível decidir o que é preciso dizer-lhe e o que é preciso assumir que ele já sabe, o que é preciso explicitar com detalhe e aquilo que é adequado desconsiderar. Os textos, para Coulthard (1994), por estarem desenhados para uma audiência específica, definem essa audiência. Por sua vez, Caldas-Coulthard (1996) afirma que a identidade das pessoas é reafirmada quando eles se identificam com os mitos e utopias que lhes são oferecidas. É por isso que a construção e definição dos espectadores imaginados pela reportagem como *povo que busca conhecer a realidade, através do telejornal, com seriedade e transparência*, reafirma a identidade dos espectadores, pois eles se identificam com o mito ou a utopia de poderem conhecer *a realidade, com seriedade e transparência*, através do telejornal de um meio de comunicação de massas.

Nesse sentido, representar uma reportagem como um texto que mostra *a realidade com seriedade e transparência*, isto é, escrever ou falar como se fosse possível mostrar os fatos ou a realidade, é também um modo de usar a linguagem para representar uma atividade e uma identidade (GEE, 2001). A construção da realidade, ou da verdade, para esse autor, envolve assumir, negociar e contestar perspectivas criadas na e através da linguagem em atividades sociais.

Essa visão sobre a construção discursiva da verdade/realidade abraça a visão foucaultiana, para a qual “os efeitos de poder próprios do jogo enunciativo [...] produzem efeitos de verdade no interior dos discursos, que não são em si verdadeiros nem falsos” (FOUCAULT, 1979/200-?, p. 6-7). Para Foucault (1979/200-?, p. 10), não há verdade fora do poder, pois ela é produzida através de coerções múltiplas que constroem uma “política geral de verdade”. Essa política é constituída pelos tipos de discursos que faz funcionar como verdadeiros através de técnicas e procedimentos considerados legítimos para a obtenção da verdade.

Foucault (1979/200-?, p. 11) entende a tecnologia ou economia política da verdade como o conjunto de procedimentos regulados “para a produção,

a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento” daqueles enunciados legitimados como verdadeiros. Tal tecnologia centra a verdade na forma do discurso científico e nas suas instituições enunciativas. Ela está submetida a uma necessidade relacionada à produção econômica e/ou ao poder político, e é objeto de uma imensa difusão e consumo por aparelhos de informação como os meios de comunicação (FOUCAULT, 1979/200-?)

Na visão desse autor, o exercício do poder, “modo de ação de alguns sobre outros” (FOUCAULT, 1976/1995, p. 244), através da política da verdade, modifica o campo de informação e o campo de ação possível dos outros para fins de “manutenção de privilégios, acúmulo de lucros, operacionalidade da autoridade estatutária, exercício de uma função ou de uma profissão” (FOUCAULT, 1976/1995, p. 246). Segundo Foucault (1976/1995), para analisar as relações de poder estabelecidas por essa política, é necessário considerar o sistema de diferenciações que ela constrói, pois ele torna possível a ação sobre os outros.

Além do mais, é necessário considerar as “modalidades instrumentais” para o exercício do poder, dentre as quais se contam os “efeitos da palavra” (FOUCAULT, 1976/1995, p. 246). A linguagem constitui um instrumento excepcional no estabelecimento do sistema de diferenciações que possibilita o exercício de poder entre atores e grupos sociais em decorrência do seu papel na construção de atividades e identidades. A identidade é entendida, nessa perspectiva, como “a negociação ativa da relação de um indivíduo com as estruturas sociais mais amplas, na medida em que essa negociação é sinalizada através da linguagem e de outros meios semióticos” (MENDOZA-DENTON apud SEVERO, 2007, p. 12).

A representação de identidades sociais através do uso da linguagem é sempre política. Reinterpretando Bakhtin (1997), cabe afirmar que as escolhas de recursos lexicais, gramaticais e composicionais na representação de identidades encontram-se determinadas pela necessidade dos enunciativos expressarem a sua relação emotivo-valorativa em relação a elas. Nesse sentido, cabe apontar como, ao comunicarmos-nos, fazemos escolhas do que e do que não falamos relacionadas “às nossas identidades sociais e aos vários grupos culturais, étnicos, religiosos aos quais nos associamos, assim como ao nosso enquadramento nas ideologias específicas” (CALDAS-COULTHARD, 2008, p. 31). As nossas identidades são formadas e transformadas, simultaneamente, pelas formas através das quais somos representados e interpelados pelos sistemas culturais em que estamos inseridos (HALL, 2006). Assim sendo, as identidades são formadas no interior da representação e do discurso, como modos “de construir sentidos que influencia[m] e organiza[m] tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2006, p. 51).

A respeito da representação de identidades sociais, Van Leeuwen (1996) aponta que os textos incluem ou excluem atores sociais para servirem os interesses e propósitos dos seus enunciadores em relação aos leitores/espectadores imaginados e definidos como destinatários. Para esse autor, enquanto algumas dessas exclusões podem ser inocentes, por os enunciadores assumirem certo conhecimento implícito por parte dos destinatários, outras exclusões podem fazer parte de estratégias de propaganda (VAN LEEUWEN, 1996). Tais exclusões podem ser realizadas através do apagamento total dos atores sociais, omitindo tanto a representação desses atores quanto das suas atividades, ou através de um apagamento menos radical em que os atores sociais são *des-enfatizados*, isto é, colocados em segundo plano em relação a outros atores sociais.

Finalmente, cabe apontar como as estratégias de propaganda na construção discursiva de identidades *étnicas* são particularmente caras à construção do sistema de diferenciações que facilita o exercício do poder de uns grupos sobre outros. Oliveira (1976) defende que a identidade étnica não pode ser definida em termos absolutos, e sim apenas “em relação a um sistema de identidades étnicas, diferentemente valorizadas em contextos específicos ou em situações particulares” (OLIVEIRA, 1976, p. 9). Já Makoni e Makoni (2013) retomam abordagens que atribuem à *invenção* o desenvolvimento das etnicidades, resultantes do afã do colonialismo por impor ordem administrativa e política nas suas colônias. Para Brass (apud MAKONI; MAKONI, 2013, p. 4), as etnicidades são criações das elites, as quais distorcem e fabricam as culturas dos grupos que representam para protegerem a sua própria existência e bem-estar e/ou ganharem vantagens políticas e econômicas.

A reportagem que será analisada neste trabalho ajuda a estabelecer o sistema de diferenciações que torna possível o exercício do poder dos enunciadores e os seus aliados sobre as populações indígenas e não indígenas envolvidas em conflitos fundiários. O poder é exercido através dos efeitos da palavra dentro de uma política de verdade que representa as identidades de atores sociais expressando uma acentuada relação emotivo-valorativa para com elas. Apesar disso, a reportagem é representada como mostrando a *realidade* de identidades e atividades de atores e grupos sociais, com presumida neutralidade, seriedade e transparência. Contrariando tal representação, na análise apresentada adiante, cuja metodologia descrevo em seguida, constatarei estratégias para des-enfatização dos atores sociais indígenas através do desacato ao princípio de cooperação teorizado por Grice (1975/1999), via exploração da sua máxima de quantidade. Os efeitos de sentido derivados de tal exploração constroem uma representação parcial do conflito em torno

da demarcação da TI Morro dos Cavalos favorável aos interesses do grupo midiático enunciador.

### **3 O desacato ao princípio de cooperação na informação de qualidade, séria e transparente**

A política de verdade em vigor no Brasil facilita que os enunciados veiculados pelo Jornal do Meio Dia da RIC TV Santa Catarina sejam considerados verdadeiros por uma vasta camada da população da Grande Florianópolis. Os espectadores acessam os discursos desse telejornal por se identificarem com a utopia definida para o espectador imaginado, o *povo*, aquele que quer *conhecer a realidade de cada região através da informação e entretenimento de qualidade das reportagens, denúncias e notícias do cotidiano que são apresentados, pelo telejornal, com seriedade e transparência.*

Do casamento entre os propósitos representados pelo enunciador da reportagem (fornecer informação de qualidade com seriedade e transparência) e aqueles definidos e imaginados nos seus destinatários (acessarem informação de qualidade, séria e transparente), cabe esperar a observação plena do Princípio de Cooperação (GRICE, 1975/1999) na interação entre o enunciador e os destinatários da série *Morro dos Cavalos: uma montanha de problemas em discussão.*

Segundo o princípio de cooperação interacional de Grice (1975/1999), os interlocutores esperam que a participação nas interações em que se envolvem resulte proveitosa para a consecução dos seus objetivos nelas. Para tal fim, respeitam esse princípio fazendo suas contribuições conforme é requerido, no momento em que ocorrem, pelo propósito combinado para cada interação (GRICE, 1975/1999).

O princípio de cooperação é regido, ainda segundo Grice (1975/1999), por quatro máximas. A máxima de quantidade exige que a contribuição seja tão informativa (nem mais nem menos) quanto requerido pelos propósitos da interação. A máxima de qualidade exige que a contribuição seja verdadeira, sem afirmar aquilo que se saiba que é falso ou aquilo para o qual faltem evidências. A máxima de relação exige que as contribuições sejam relevantes. Por fim, a máxima de modo exige perspicuidade, isto é, que sejam evitadas a obscuridade e a ambiguidade e sejam respeitadas a brevidade e a ordem.

Os interlocutores, contudo, nem sempre respeitam o princípio de cooperação. Grice (1975/1999) identifica quatro circunstâncias em que as máximas não são observadas. Na primeira, o participante viola uma máxima, de forma

imperceptível, por impossibilidade de cumpri-la, eventualmente levando ao engano. Na segunda, o participante opta abertamente por não cooperar com as máximas nem com o princípio de cooperação. Na terceira, o participante não observa uma máxima para observar outra, incompatível com aquela. Finalmente, na quarta circunstância, o participante desacata uma máxima de forma ostentosa.

Para Grice (1975/1999), o fato de um enunciador desacatar ostentosa-mente uma máxima leva o destinatário a várias assunções, como, por exemplo, que seria possível ao enunciador cumprir a máxima, que poderia fazê-lo sem violar outra máxima, que não está optando abertamente por não cooperar com as máximas nem com o princípio de cooperação, e que não está, haja vista da ostentação do seu desacato, querendo lhe enganar. Com base nessas assunções, o destinatário pergunta-se: Como é possível interpretar o desacato ostentoso se assumo que o enunciador está observando de forma geral o princípio de cooperação? São esses os casos em que as máximas conversacionais são exploradas.

O autor define a exploração de máximas conversacionais como o procedimento pelo qual uma máxima é desacatada com o propósito de produzir implicaturas conversacionais por meio de figuras da linguagem (GRICE, 1975/1999). Nesses casos, embora alguma máxima seja violada no nível do que é dito, assume-se que o destinatário acredita que aquela máxima, ou ao menos o princípio de cooperação geral, está sendo observado no nível daquilo que é implicado (GRICE, 1975/1999).

Segue, na próxima seção, o levantamento das estratégias discursivas, baseadas na exploração da máxima de quantidade, que produzem implicaturas conversacionais e des-enfatizam a representação dos atores sociais indígenas em relação aos não indígenas na série *Morro dos Cavalos: uma montanha de problemas em discussão*, concretamente na sua segunda reportagem. Antes disso, analiso as marcas que, na reportagem, constroem a representação do enunciador como aquele que *gera informação e entretenimento de qualidade com seriedade e transparência*.

#### **4 Estratégias discursivas para representações assimétricas**

Antes de começar a análise da exploração de implicaturas conversacionais para a representação assimétrica dos atores sociais envolvidos no conflito retratado pela reportagem *Morro dos Cavalos: uma montanha de problemas em discussão*, cabe apontar as marcas textuais da construção do enunciador (o repórter, e com ele o telejornal e a RIC TV Santa Catarina). Como já foi apon-

tado anteriormente, ele se constrói de antemão como um enunciador *próximo com a população das regiões onde atua, que conhece a realidade de cada região, ouve a população e fala com a comunidade para gerar informação e entretenimento de qualidade com seriedade e transparência.*

No texto, essa construção é textualizada através de verbos e interjeições de movimento e percepção. Esses recursos criam a sensação de interação presencial com o espectador. O enunciador se dirige àquele na segunda pessoa do singular, *ocê*, ou através do uso inclusivo dos pronomes de primeira pessoa do plural, como se o espectador estivesse presente na mesma localização que o repórter e o acompanhasse na filmagem da reportagem. O uso de dêiticos espaciais também constitui um recurso para construir tal representação de proximidade. Assim, a reportagem abre com a seguinte apresentação:

- (1) [apresentador] Hoje... na segunda reportagem sobre o Morro dos Cavalos *você vai acompanhar* a situação de quem vai perder a propriedade, e o trabalhador... [...] por causa das... terras indígenas.

Os verbos de percepção estão presentes ao longo de todo o texto, criando no espectador a sensação de estar *acompanhando* com os sentidos a investigação do repórter. Na ação enunciada por esses verbos de percepção estão envolvidos tanto o repórter quanto o espectador, incluídos nos pronomes *a gente* e *nós*. Nos exemplos a seguir é possível verificar também a construção da proximidade no diálogo com o espectador através do uso de interjeições relacionadas com a percepção visual, assim como de dêiticos espaciais:

- (2) [repórter] E agora *nós vamos* até uma das comunidades mais afetadas pela demarcação porque *exatamente aqui* começa o Morro dos Cavalos.
- (3) [repórter] *Aqui* tudo é morro acima, pra chegar *lá* são cerca de 3 a 4 quilômetros [...] e pra subir é só assim *ô*, de caminhonete 4x4.
- (4) [repórter] Como *a gente* pode notar [...] *aqui* o piso, *aqui* fora, *veja só*, ele é feito todo [...] de conchinhas.

A representação de proximidade física com o espectador é construída de modo exemplar no excerto abaixo, que corresponde ao momento da reportagem em que o repórter visita a casa de um casal de moradores não indígenas para conhecer seu modo de vida:

- (5) [repórter] E é uma casa bem pequena, que por dentro *a gente pode ver* melhor, *ô*, *olha só*, *aqui* é o fogão a lenha, *aqui* é a cozinha, bem pequenininha, *a gente tem que andar rebaixado* porque o teto [...] também é bem baixo, *ô* pra não bater e enroscar *aqui* *encima*.

Neste trecho, o repórter inclui o espectador nas enunciações com verbos de movimento e percepção (“a gente pode ver melhor”, “a gente tem que andar rebaixado”), e dirige-se a ele explicitamente através de interjeições de percepção, como *ô* e *veja só*, e dêiticos presenciais (*aqui*, *aqui encima*, *lá*) presentes ao longo de toda a reportagem. A proximidade com o espectador é representada de forma tão dialógica e inclusiva que o repórter apresenta as personagens como se aquele fosse mais um interlocutor presente fisicamente na interação. É o que acontece quando, após entrevistar a dona da casa visitada, o repórter entrevista o seu marido:

- (6) [repórter] E a dona Ivone *nos* trouxe até o local *aqui* do trabalho da família. Nesse local *aqui*, *aqui é os ranchos e aqui é o Seu Leo, é o Manuel*, mas o pessoal aqui conhece como seu Leo. Seu Leu, como é que é trabalhar aqui pro senhor?

Por outro lado, junto à construção da proximidade quase física com o espectador, simultaneamente, a enunciação se representa como uma *reportagem especial*, que *denuncia, com seriedade e transparência*, a presumida fraude na demarcação da TI Morro dos Cavalos. Assim, o apresentador do telejornal afirma, na abertura da reportagem, que o espectador (*você*) vai acompanhar, junto à *situação de quem vai perder a propriedade e o trabalho por causa das terras indígenas*, “ainda, detalhes sobre o dossiê elaborado por moradores do Sul da Palhoça denunciando várias irregularidades”. Cortes com imagens de um documento impresso e encadernado (o referido dossiê) sendo folhado em diversas direções aparecem em diferentes momentos da reportagem. Nos primeiros planos tomados do documento, a reportagem mostra exclusivamente epígrafes que convidam o espectador a desconfiar da regularidade do processo demarcatório, especialmente através da escolha léxica *fraude*. Essas epígrafes são “A fraude dos sítios arqueológicos”, “A fraude da erva mate” ou “A fraude do levantamento cartográfico”.

A construção de desconfiança no espectador em relação à regularidade do processo demarcatório da TI Morro dos Cavalos é desenvolvida simultaneamente junto à representação da reportagem como uma verificação sensorial da irregularidade da situação por meio da presença física conjunta do repórter e do espectador no local do conflito. Juntos, eles *desvendam* o obscurantismo que se esconderia por trás da demarcação, como podemos observar nos seguintes exemplos:

- (7) [repórter] Amanhã na terceira reportagem da série do Morro dos Cavalos *vamos mostrar* o que dizem as autoridades federais e estaduais sobre a demarcação, *descobrimos* ainda a primeira família de índios que morou no local.

- (8) [repórter] E *apesar das* casas dos indígenas serem assim novas de tijolo, todas de alvenaria, *nós vamos mostrar* por dentro como é que é a residência.
- (9) [repórter] *Aqui deste ponto podemos ver* qual dos dois mapas é o mais preciso. Ambos estão corretos ao afirmarem que o Morro dos Cavalos [virando-se para apontar o morro atrás dele], que é aquele *logo ali atrás*, é montanhoso [tornando-se de novo para a câmera]. *O que o mapa da FUNAI não mostra* é [a câmera move-se para a direita enquanto o repórter dá uns passos nessa direção, para virar-se e apontar com o braço direito] que toda a outra região do outro lado da rodovia também é uma montanha atrás da outra.

No exemplo (7), a dupla construção mencionada é textualizada através do uso de formas verbais que induzem à sensação de desvendamento por parte do repórter/espectador, como *vamos mostrar* ou *descobrimos*. Já no exemplo (8), tal construção é textualizada mediante o contraste entre a proposição introduzida pela conjunção *apesar de* e a forma verbal *vamos mostrar*, que induz a pensar que os índios escondem a sua realidade mediante falsas aparências, descobertas pela reportagem. No exemplo (9), o repórter leva o espectador até um ponto onde eles poderiam verificar sensorialmente (“Aqui deste ponto podemos ver”) as contradições entre dois mapas realizados por instituições diferentes, para verificarem juntos mais outra fraude ou encobrimento desvendado pela reportagem, no caso, “o que o mapa da FUNAI não mostra”.

Chegados neste ponto cabe dar início à identificação das estratégias para a des-enfatização dos atores sociais indígenas em relação aos não-indígenas na reportagem, levantadas a partir da análise da exploração da máxima de quantidade do Princípio de Cooperação de Grice (1975/1999). Na **primeira estratégia**, enquanto os atores sociais não indígenas são enfatizados através da sua representação como futuras vítimas prejudicadas pela demarcação da região como TI, os atores sociais indígenas são des-enfatizados através da exploração da máxima de quantidade na omissão da representação das suas perdas e prejuízos no conflito. Essa estratégia é complementada com a representação da demarcação das terras indígenas como algoz do prejuízo dos não-indígenas:

- (10) [repórter] A demarcação do Morro dos Cavalos só depende da assinatura da presidente Dilma Rousseff. Assim que isso acontecer *quem não for indígena vai ter que deixar o local*. A FUNAI vai indenizar as mais de 60 famílias que serão *prejudicadas* pela demarcação. *O problema* é que vão receber só pelas casas, *não* pela terra.

A reportagem representa os atores sociais não indígenas como vítimas, aqueles que vão “perder a propriedade [...] e o trabalho” e vão “ter que deixar o local”, as suas famílias sendo “prejudicadas” e “afetadas” pela demarcação. A representação dos atores não indígenas como vítimas do conflito é apoiada pela representação da indenização que será ganha por eles, junto à representação do “problema” de, através de tal indenização, os atores não indígenas irem apenas receber “pelas casas, não pela terra”.

A reportagem explora a máxima de quantidade omitindo qualquer representação dos prejuízos dos quais os Guarani são vítimas pela não demarcação da terra. É alavancada assim a implicatura conversacional que sugere que a demarcação apenas traz prejuízos para os não indígenas, e que a não demarcação não traz prejuízos nem perdas para os indígenas. Nesse sentido, a relação entre os atores sociais indígenas e o conflito é representada duas vezes: a primeira, na metade da reportagem, por um verbo inócuo como *mexer* (“A demarcação não mexe apenas com os não índios”); a segunda representação é introduzida pela locução preposicional *por causa de*, que aponta a demarcação de terras indígenas como razão das perdas dos atores sociais não indígenas (“quem vai perder a propriedade [...] e o trabalho *por causa das terras indígenas*”).

A **segunda estratégia** constitui-se, por um lado, na representação dos atores sociais não indígenas como uma população familiar, típica, original e autêntica, retribuída com respeito, carinho e cumplicidade. O caráter familiar com que os atores sociais não indígenas são representados é construído através da sua representação como comunidades ou pessoas *conhecidas como*, sem identificação do agente da ação de *conhecer* (ex. 11), ou com a identificação do agente como *o pessoal* (ex. 12). Essas marcas induzem o espectador a pensar que esses atores são conhecidos por um genérico *todos*, no qual poderia se sentir incluído. Essa representação é construída, ainda, pela identificação de um dos entrevistados não indígenas com a categoria “morador” (ex. 13):

(11) [repórter] Exatamente aqui começa o Morro dos Cavalos [apontando para a placa]. É a *comunidade conhecida como* Araçatuba.

(12) [repórter] Nesse local aqui, aqui é os ranchos e aqui é o Seu Leo, é o Manuel, mas *o pessoal aqui conhece como* Seu Leo.

(13) [Segue o primeiro plano de um homem de uns 40 anos, de óculos, identificado como “José Parecido, *Morador*”, falando ao microfone com uma praia e montanhas atrás dele].

Por outro lado, o caráter típico dos atores sociais não indígenas é construído através da sua representação, na visita do repórter à casa dos moradores

não indígenas, como “família típica de pescadores aqui desta região”. Essa representação constrói também o caráter original ou autêntico dessa população (“pescadores aqui desta região”). Finalmente, o carinho, respeito ou cumplicidade com que são retribuídos os moradores típicos é construído através do uso de diminutivos e de formas de tratamento formais, como mostram as perguntas que o repórter faz para os membros da *família típica de pescadores*: “Dona Ivone, como é que é pra senhora viver aqui nessa casa, é apertadinha, né?”, “Seu Leo, como é que é trabalhar aqui pro senhor?”, “E agora saindo daqui o senhor vai pra onde?”. Outro recurso discursivo usado na representação dessa retribuição de respeito e carinho é empregado quando, ao entrevistá-la, o repórter coloca a sua mão no ombro da dona da casa da *família típica*. Todos esses recursos são empregados no excerto a seguir:

- (14) [repórter] E aqui nesta casa humilde que mora uma *família típica de pescadores aqui desta região*. [...] Vamos entrando aqui pra gente conhecer melhor [entra na casa] um pouco desta família. [...] [O repórter coloca a sua mão nos ombros da entrevistada]. *Dona Ivone*, como é que é pra senhora viver aqui nessa casa, é apertadinha né? [...] [Dona Ivone] É... é apertadinha mas é o que eu tenho, né [...] [enquanto caminham] [repórter] E a dona Ivone nos trouxe até o local aqui do trabalho da família. Nesse local aqui, aqui é os ranchos e aqui é o Seu Leo, é o Manuel, mas o pessoal aqui conhece como seu Leo. Seu Leo, como é que é trabalhar aqui pro senhor? [...] E agora saindo daqui o senhor vai pra onde?

Nesta segunda estratégia, as implicaturas conversacionais são de novo ativadas, via exploração da máxima de quantidade, pela não representação do caráter familiar, típico, original ou autêntico dos atores sociais indígenas. A des-enfatização é aqui complementada, ainda, por uma representação desses atores como não familiares, estranhos e não originais ou autênticos, construída em exemplos como os incluídos a seguir:

- (15) [repórter] O documento afirma ainda que o local passou a ser habitado por uma *família de índios, vinda do Paraguai* na década de 70 [...]. Morou alguns anos, e foi embora. Nos anos 90 [...], com apoio de algumas ONGs, a FUNAI começou a incentivar os *índios de outros estados e até países* a se instalarem no Sul de Palhoça [duas crianças indígenas são filmadas, *de longe*, caminhando encima de um muro, *de costas*, e, em seguida, uma mulher *de costas* aparece filmada *de longe*, caminhando].
- (16) [repórter] Eunice Antunes [...] é a *cacique da tribo guarani que mora no Morro dos Cavalos. Nasceu no oeste do estado* [...] mas se criou aqui na região.

(17) [repórter] As casas *construídas recentemente escondem* uma situação de miséria em que vivem os índios [...] [aparecem filmagens de duas crianças guarani [...] para depois aparecerem imagens de outra sala com outra criança [...] filmagem de outra sala com crianças saindo e entrando das salas, como que *indiferentes à filmagem*]

(18) [juiz] Me parece que uma grande solução pra esse assunto seria trabalhar as aldeias [...] dando assistência técnica pra que as comunidades indígenas pudessem [...] ter uma condição digna [...] de vida e de *resgate da própria cultura indígena*.

O exemplo (15) constrói o caráter estranho e não original ou autêntico dos atores indígenas (*vindos do Paraguai, de outros estados e até países, incentivados por ONGs a se instalarem no local*) ao explicitar o discurso do dossiê elaborado pelos moradores a respeito da chegada dos Guarani no litoral da Grande Florianópolis, e omitir o discurso guarani sobre a sua própria chegada ao território, que seria exigido pela máxima de quantidade. Nos exemplos (15) e (17) os atores indígenas são representados como estranhos através da sua filmagem quer de longe e de costas, sem identificação, quer indiferentes à filmagem do interior da sua própria residência. No exemplo (16) os atores indígenas são representados como estranhos e não originais através da identificação de Eunice Antunes como *cacique* (identificação que cria menos familiaridade que *morador*, por exemplo) da “tribo guarani que mora no Morro dos Cavalos” (e não tribo guarani do Morro dos Cavalos, em contraposição à “família típica de pescadores *daqui desta região*”). A reportagem sublinha que a cacique apenas *se criou* na região, mas *não nasceu* nela. Finalmente, no exemplo (18) o caráter inautêntico dos atores indígenas é construído através da representação da necessidade de assistência técnica, enunciada por um juiz, para que as comunidades indígenas possam *resgatar* a própria cultura (se eles precisam resgatar a própria cultura implica-se que supostamente a perderam).

A **terceira estratégia** des-enfatiza os atores sociais indígenas através da omissão da representação das suas atividades de trabalho. No entanto, as atividades de trabalho dos atores não indígenas aparecem sim representadas:

(19) [repórter] É a comunidade conhecida como Araçatuba [...]. *Pescadores e maricultores* moram nesta região e *tiram o sustento do mar*. [...] E aqui nesta casa humilde que mora uma *família típica de pescadores* aqui desta região. [...] Dona Ivone, como é que é pra senhora viver aqui nessa casa, é apertadinha né? [A entrevistada aparece identificada como Ivone Apolinário, *maricultora*] [...] E a dona Ivone nos trouxe até o *local aqui do trabalho* da família. [...] Seu Leo, como é que é

*trabalhar aqui pro senhor? [...]* [Enquanto se mostram imagens do entrevistado *costurando uma rede*, ouve-se a pergunta do repórter] [repórter] E agora saindo daqui o senhor vai pra onde?

Na reportagem, na visita do repórter à casa da *família típica de pescadores*, os atores não indígenas são representados como “pescadores e maricultores” que “tiram o sustento do mar”. Além disso, a entrevistada nessa casa é identificada como “maricultora”, faz-se menção ao “local aqui do trabalho da família”, pergunta-se ao entrevistado “como é que é trabalhar aqui pro senhor?” e mostram-se imagens do entrevistado *costurando uma rede*. Omitindo a representação das atividades de trabalho dos atores sociais indígenas, a exploração da máxima de quantidade alavanca a implicatura de que os índios não trabalham.

Essa estratégia é complementar à **quarta estratégia** identificada na análise. Nela são representadas as dificuldades e condições adversas da *humildade*, construída como típica e tradicional, dos atores sociais não indígenas. Simultaneamente, é omitida a representação das condições adversas enfrentadas pelos atores sociais indígenas, representados como miseráveis por própria incapacidade. Os exemplos a seguir representam as dificuldades enfrentadas pelos atores sociais não indígenas:

(20) [repórter] *Aqui tudo é morro acima, pra chegar lá são cerca de 3 a 4 quilômetros [imagens dos pneus rodando na estrada de chão] e pra subir é só assim ô, de caminhonete 4x4.*

(21) [repórter] E aqui nesta *casa humilde* que mora uma família típica de pescadores aqui desta região. Como a gente pode notar [se agacha pegando conchas do chão] aqui *o piso*, aqui fora, veja só, ele *é feito todo* [levantando-se] *de conchinhas*.

Enquanto no exemplo (20) a representação da humildade é feita a partir da referência às dificuldades de acesso aos seus locais de residência, a humildade dos atores não indígenas é representada no exemplo (21) através das escolhas lexicais e dos diminutivos (*casa humilde, piso feito todo de conchinhas*). A descrição da casa a seguir exemplifica com maior profundidade a representação da humildade por tradição dos atores sociais não indígenas, durante a visita à residência já mencionada em outras partes do texto:

(22) [repórter] E é uma *casa bem pequena*, que por dentro a gente pode ver melhor, ô, olha só, aqui é o *fogão a lenha*, aqui é a cozinha, *bem pequenininha*, a gente tem que *andar rebaixado* porque o teto [caminhando pela casa, sai da cozinha e entra na sala, passando na frente

de uma geladeira] também é bem baixo, ô pra não bater e enroscar aqui encima [...] Dona Ivone, como é que é pra senhora viver aqui nessa casa, é *apertadinha* né? [Dona Ivone] É... é *apertadinha* mas é o que eu tenho, né porque... ela tá, eu tenho ela, eu moro aqui desde 84. Às vezes a gente tem medo quando há vento dela cair encima da gente.

Na visita do repórter à residência da *família típica de pescadores* escolhida como modelo dos atores sociais não indígenas, a representação da humildade da família é feita em termos positivos, com conotação carinhosa (cozinha *bem pequenininha*, casa *apertadinha*). Essa representação positiva da humildade dos atores sociais não indígenas é confirmada pela entrevistada, que a representa como necessária, por ela constituir tudo aquilo que a família possui (“é *apertadinha* mas é o que eu tenho”). A representação da precariedade das condições de vida dos atores sociais não indígenas não é enfatizada, e sim apenas pincelada (“a gente tem medo quando há vento dela cair encima da gente”).

Dentro desta estratégia, o marido da entrevistada, já apresentado como Seu Leo, por sua vez, faz referência ao “serviço muito pesado” que ele faz nas suas atividades maricultoras tradicionais, enfatizando ser esse serviço o único disponível para a sua subsistência, e, além disso, que esse serviço está ameaçado pela demarcação:

- (23) [repórter] Seu Leo, como é que é trabalhar aqui pro senhor? [...].  
[Seu Leo] É... pra mim aqui é bom mas só que a gente... um *serviço muito pesado* né pra mim agora né cara. [Enquanto se mostram imagens do entrevistado costurando uma rede, ouve-se a pergunta do repórter] [repórter] E agora saindo daqui o senhor vai pra onde? [...]  
[Seu Leo] *Pois, agora? Pois e agora? Eu com 61 anos fazer o quê? Se tiver que sair daqui?*

Nesta quarta estratégia, a máxima de quantidade é de novo explorada, desta vez através da omissão da representação da humildade da comunidade guarani, para a qual a TI Morro dos Cavalos também significa o único modo de sustento tradicional. Essa omissão explora a máxima conversacional de quantidade para alavancar a implicatura de que os índios não são humildes por tradição, e que eles não dependem exclusivamente dos recursos daquela terra para a sua sobrevivência. Além do mais, não é apenas através dessa omissão que é construída a representação dos índios como miseráveis por própria incapacidade. Os seguintes exemplos pertencem ao momento da reportagem em que o repórter visita a aldeia indígena e uma das suas famílias. Eles mostram a ênfase na construção da condição de miséria e favelização com que os índios são representados:

- (24) [repórter] No Morro dos Cavalos moram 35 famílias, cerca de 200 pessoas. Como aqui *não conseguem* plantar nada, *sobrevivem* do artesanato e de uma *cesta básica* [filmagem de alimentos sobre um móvel de madeira] *da FUNAI que chega a cada três meses!* [...]. As casas construídas recentemente *escondem uma situação de miséria* em que vivem os índios.
- (25) [repórter] E *a pesar das casas dos indígenas serem assim novas de tijolo*, todas de alvenaria, *nós vamos mostrar por dentro como é que é a residência.* [...]. Olha só a casa é *bem modesta*, um piso *simples*, na sala *não tem nada*, tem uma cama aqui, onde ficam as crianças, *são cinco crianças que moram aqui nesta casa!* [corte com repórter atravessando o vão de uma porta]. Aqui neste que *seria* um quarto também *a gente não vê nada só vê umas roupas aqui bem desgastadas pelo tempo* [focando numa pilha de roupas] e aqui, Márcia, vamos no outro quarto também pra mostrar [a câmera segue o repórter, sai de um cômodo e entra em outro]. Quase todos eles dormem aqui em dois colchões, olha só, numa *extrema... pobreza!* [primeiro plano de uma cama] *é o que se vê aqui nesta casa indígena no Morro dos Cavalos.*
- (26) [juiz] Nas terras já demarcadas hoje [...] existe um *verdadeiro processo de favelização*: os índios vivem lá dentro *passando fome* [...] *passando necessidade sem condições básicas sanitárias*. Então me parece que uma grande solução pra esse assunto seria trabalhar as aldeias [...] pra que as comunidades indígenas *pudessem se tornar autossuficientes financeiramente e ter uma condição digna* [...] de vida e de resgate da própria cultura indígena.

O exemplo (24) representa as dificuldades que os Guarani encontram para cultivar a porção de terra que hoje ocupam como derivadas da sua incapacidade (“como aqui *não conseguem* plantar nada”), a qual lhes obriga a *sobreviver* (e não a *tirar sustento*, como se representou a sobrevivência dos atores não indígenas) de uma cesta básica da instituição que lhes ampara, a qual mal “chega a cada três meses!”. Por outro lado, as casas dos índios não mostram, mas *escondem* (como já foi apontado anteriormente) “a situação de miséria em que vivem”.

A representação construída através do que a reportagem enuncia dos atores indígenas sugere que os indígenas poderiam ter outra qualidade de vida, mas não conseguem tê-la pela própria incapacidade para tanto. É o que mostra também o exemplo (25): “*a pesar das casas dos indígenas serem assim novas de tijolo, todas de alvenaria, nós vamos mostrar por dentro como é que é a residência*”: a residência, que poderia ser diferente (por ser nova e de

tijolo) é uma casa *bem modesta*, com um piso *simples*, com salas que não são aquilo que poderiam ser (“neste que *seria* um quarto”), das quais se enfatiza aquilo que não se vê (“na sala *não* tem nada”, “a gente *não* vê nada”) como sendo tudo aquilo que é possível ver (“é o que se vê aqui nesta casa indígena no Morro dos Cavalos”). A representação da residência como superlotada (“são cinco crianças que moram aqui nesta casa!”, “quase todos eles dormem aqui em dois colchões”) complementa a representação da *extrema... pobreza* dos atores sociais indígenas.

Através do recurso ao depoimento de um juiz, entrevistado na sede da Ordem dos Advogados do Brasil em Florianópolis, é acirrada, no exemplo (26), a representação negativa da simplicidade por própria incapacidade construída a respeito dos atores sociais indígenas. Nesse depoimento é frisado o “verdadeiro processo de favelização” existente nas terras já demarcadas, onde os índios “passam fome e necessidade”, carecem de “condições básicas sanitárias”, não são “autossuficientes financeiramente” nem têm uma “condição digna de vida”. A referência do juiz ao “verdadeiro processo de favelização” das terras já demarcadas serve como mais um argumento para deslegitimar a demarcação de novas terras indígenas, uma vez que nem nas demarcadas, de acordo com a representação construída pela reportagem, os índios conseguiriam viver em condições *dignas*.

Essa representação de incapacidade dos atores sociais indígenas é complementar, por sua vez, à quinta e última estratégia de des-enfatização dos atores sociais indígenas em relação aos atores não indígenas identificada na análise. Nesta **quinta estratégia**, os atores sociais não indígenas são representados como agentes articulados, que descobrem fraudes e irregularidades, enquanto se omite a agência dos atores sociais indígenas e constrói-se uma representação dos índios como sujeitos pacientes. Assim, os atores sociais não indígenas são representados como agentes por terem *elaborado* um dossiê, “com mais de 100 páginas”, denunciando várias irregularidades (ex. 27). A filmagem recorrente do dossiê, em diferentes cortes da reportagem, lhe atribui relevância e, portanto, sugere a sua legitimidade. Contudo, a reportagem se distancia da veracidade do dossiê afirmando que ele relata “*supostas* irregularidades”. Dentro desta estratégia encontra-se também o depoimento do entrevistado não indígena identificado como “morador” (ex. 28):

(27) [repórter] Este dossiê *com mais de 100 páginas* foi *elaborado pelos moradores*. Relata *supostas* irregularidades no levantamento da área a ser demarcada.

(28) [Morador] Será que os índios *são realmente os índios que querem* ficar ali ou tem algo por trás disso tudo? Foi aonde *eu* comecei a pesquisar

e *cheguei* a todos esses indícios de irregularidades, que não são só aqui no âmbito do Morro dos Cavalos, isso acontece no Rio Grande do Sul isso acontece pelo país inteiro.

O depoimento acima ajuda a representar os *moradores* (categoria com que são representados apenas os atores sociais não indígenas) como inquietos, articulados, destemidos perante o desvendamento de fraudes (“Foi aonde eu comecei a pesquisar e *cheguei* a todos esses indícios de irregularidades”). Tal representação é complementada pela representação dos atores sociais indígenas como carentes de vontade ou opinião própria em relação ao local onde residem (“Será que os índios *são realmente os índios que querem* ficar ali ou tem algo por trás disso tudo?”). A omissão da representação de dossiês ou outros documentos elaborados pelos indígenas, e das suas articulações em defesa do processo demarcatório, exploram a máxima de quantidade e ativam a implicatura conversacional que constrói a representação dos atores sociais indígenas como pacientes e desarticulados.

Contudo, não é apenas através dessa omissão que tal representação é construída. Os atores sociais não indígenas são representados no texto explicitamente como carentes de agência. Em primeiro lugar, todos os outros documentos a que é feita referência no texto, diferentes do dossiê dos moradores, são representados como sendo de autoria de agentes não indígenas (“o estudo que foi feito aqui do DNIT”, “mapas elaborados *pela FUNAI e pelo IBGE*”, ex. 29-30). Em segundo lugar, a representação do discurso do dossiê sobre a história da ocupação guarani do Morro dos Cavalos (como já disse, a única versão veiculada pela reportagem), marca exemplarmente a não agência com que são representados os atores indígenas (ex. 31):

(29) [homem] Com o estudo que *foi feito aqui do DNIT*, do [incompreensível] aqui não levou em consideração toda essa comunidade aqui, essa população, deixou tudo de fora, aqui pra eles aqui é como se não existisse essa população, só existisse a população indígena.

(30) [Mostram-se de novo as imagens da impressão encadernada sendo folhada, enquanto se ouve a voz do repórter] [repórter] Outro problema seria o levantamento topográfico da região [enquanto um dedo vai marcando um itinerário por um mapa no qual é possível identificar o logo da FUNAI]. *Nos mapas elaborados pela FUNAI e pelo IBGE* existe divergência.

(31) [repórter] O documento afirma ainda que o local *passou a ser habitado* por uma família de índios, *vinda do Paraguai na década de 70* [...]. Morou alguns anos, e foi embora. Nos anos 90 [...], *com apoio*

*de algumas ONGs, a FUNAI começou a incentivar os índios de outros estados e até países a se instalarem no Sul de Palhoça.*

Conforme a representação do exemplo (31), não foram os índios que habitaram o local na década de 70 e sim o local que “passou a ser habitado”, construção passiva que se replica em “vinda do Paraguai” e que é espelhada, posteriormente, na representação da FUNAI e de algumas ONGs como agentes do *incentivo aos índios* para estes se instalarem no território em conflito.

Por outro lado, enquanto os atores sociais não indígenas são associados à representação de diversas atividades sociais (econômicas, através da representação das suas práticas de trabalho, e políticas, através da representação das suas práticas de articulação para a denúncia e desvendamento de irregularidades), as associações feitas pela reportagem em relação aos atores sociais indígenas são com atividades de crítica da demora da demarcação e de espera, junto à representação da atividade social de estudar na universidade<sup>4</sup>:

(32) [repórter] Eunice Antunes [...] estuda gestão ambiental na Universidade Federal de Santa Catarina e *critica a demora* na demarcação. [...] [cacique] Eu vejo mais né por esse lado, que é uma *angústia* pra nós que moramos aqui que *a gente tá nessa espera* né há muito tempo, e é uma angustia dos moradores que também né, que tão morando dentro da terra indígena que não sabe se, ou a hora que vai sair ou não vai sair, ou se vai sair ou não né.

A seleção do trecho acima como amostra do depoimento da cacique Eunice Antunes contribui para a construção da representação dos atores sociais indígenas como sujeitos pacientes, cuja ação em relação ao processo de demarcação da terra não seria denunciar ou desvendar irregularidades, como é o caso dos não indígenas, e sim apenas *esperar, angustiados*, pela demarcação. O depoimento do juiz já citado acima completa a representação dos atores sociais indígenas como sujeitos pacientes:

(33) [juiz] Então me parece que uma grande solução pra esse assunto seria *trabalhar as aldeias*, [...], criando cooperativas, *desenvolvendo*

<sup>4</sup> A representação da atividade social de estudar “gestão ambiental na Universidade Federal de Santa Catarina” não é identificada com uma estratégia de representação dos atores sociais indígenas como sujeitos agentes, e sim com a quarta estratégia identificada na análise, de representação dos atores sociais indígenas como miseráveis por incapacidade (apesar de frequentar a universidade, vivem nas condições em que vivem). Ela é enquadrada também na segunda estratégia, que ajuda a construir a representação dos indígenas como não familiares, estranhos e não originais (fossem originais ou autênticos, não estariam frequentando a universidade, como assim não fazem os moradores não indígenas, que apenas dispõem da pesca e a maricultura para tirarem o seu sustento).

*essas aldeias, dando assistência técnica pra que as comunidades indígenas pudessem se tornar autossuficientes financeiramente e ter uma condição digna [...] de vida e de resgate da própria cultura indígena.*

No seu depoimento, o juiz recomenda *desenvolver e trabalhar as aldeias*, representadas como objeto paciente de desenvolvimento ou trabalho, às quais há de ser dada “assistência técnica” para terem capacidade de se tornarem autossuficientes financeiramente.

Relatadas as cinco estratégias identificadas na análise, seguem as considerações finais deste trabalho, em que sintetizo a resposta às perguntas propostas: Como é discursivamente construída a representação assimétrica dos atores sociais indígenas em relação aos não indígenas na série *Morro dos Cavalos: uma montanha de problemas em discussão*? Que efeitos de sentido possui tal assimetria na representação da identidade dos indígenas guarani e como eles ajudam a estabelecer o sistema de diferenciações que permite o exercício de poder pelo grupo midiático enunciador e os seus aliados no campo de informação e de ação possível dos espectadores?

## **5 O exercício de poder na linguagem para uso e distribuição da riqueza**

A des-enfatização dos atores sociais indígenas guarani na reportagem sob análise, desenvolvida através das implicaturas conversacionais ativadas pela exploração da máxima de quantidade no desacato ao princípio de cooperação, tecem uma representação ostensivamente assimétrica em relação aos atores sociais não indígenas. De acordo com essa representação, para a qual foram identificadas cinco estratégias discursivas, os atores sociais não indígenas são famílias típicas de pescadores e maricultores humildes, conhecidos na região e originários dela, que desenvolvem serviços pesados para tirarem um sustento e tradicional que se encontra completamente ameaçado por um processo fraudulento do qual são vítimas apesar da sua articulação e luta contra ele. Os prejuízos que sofrem como vítimas são consequência da demarcação da terra, e não da sua posse ilegal, da invasão histórica e continua às terras indígenas, etc. Esse processo demarcatório fraudulento, de acordo com a reportagem, estaria favorecendo os atores sociais indígenas, estranhos, não originais, vindos do Paraguai e de outros estados não por vontade própria, e sim por terem sido importados e incentivados pela FUNAI e por ONGs a ocuparem a região. Conforme a representação oferecida pela reportagem, os atores sociais indígenas não trabalham, vivem numa situação de pobreza extrema e favelização e sem condições dignas de vida por causa da sua in-

capacidade de aproveitar nem as terras já demarcadas, nem a terra que hoje possuem, nem as suas casas de tijolo. Eles são representados como sujeitos pacientes, objetos, que devem receber assistência do Estado para poderem viver dignamente e inclusive resgatar a própria cultura.

A análise da reportagem *Morro dos Cavalos: uma montanha de problemas em discussão*, segunda parte da série do mesmo nome veiculada em três Jornais do Meio Dia da RIC TV Santa Catarina em outubro de 2013, mostra como a linguagem em uso é política, no sentido em que representa identidades e atividades socialmente situadas cuja representação tem implicações sobre como a terra, fonte de riqueza, poder e status, deve ser distribuída.

A representação do enunciador da reportagem como um telejornal que gera informação de qualidade, com seriedade e transparência, para o seu leitor imaginário construído, *o povo* que se identifica com o mito de conhecer essa realidade através do telejornal, é cara ao exercício do poder pelo jogo enunciativo que produz efeitos de verdade nos discursos graças à economia política da verdade vigente no país. As identidades construídas discursivamente na reportagem encontram-se permeadas em todo momento pela expressividade da relação emotivo-valorativa do enunciador para com os atores sociais representados. Tal expressividade contribui para a construção do sistema de diferenciações que facilita o exercício de poder, neste caso, a modificação dos campos de informação e de ação possível dos espectadores em relação às identidades e atividades sociais dos atores envolvidos no conflito fundiário do Morro dos Cavalos.

A representação des-enfatizada dos atores sociais indígenas serve à *invenção* da sua etnicidade pelo meios de comunicação de massas, neste caso a RIC TV Santa Catarina. Essa invenção busca proteger o bem-estar dos seus proprietários e aliados e obter vantagem política e econômica sobre o grupo des-enfatizado, neste caso, favorecendo a opinião contrária à demarcação da TI Morro dos Cavalos, e, com ela, à demarcação de terras indígenas no Brasil como um todo. A opinião contrária à demarcação de terras indígenas por parte dos espectadores dos meios de comunicação de massa no Brasil abraça os interesses das corporações e grupos de interesse do agronegócio, do turismo e da mineração, dentre outros: grupos que enxergam na demarcação de terras indígenas uma ameaça ao seu crescimento e à sua dominação econômica e política.

## Referências

- BAKHTIN, M. [1979]. O problema dos gêneros discursivos. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 277-327.
- CALDAS-COULTHARD, C. R. 'Women who pay for sex and enjoy it. Transgressions versus morality in women's magazines'. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; COULTHARD, M. (Ed.). *Texts and practices: readings in critical discourse analysis*. London: Routledge, 1996. p. 250-270.
- \_\_\_\_\_. Da análise do discurso à análise crítica do discurso. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; CABRAL, L. *Desvendando discursos: conceitos básicos*. Florianópolis: UFSC, 2008. p. 19-44.
- COULTHARD, M. *Advances in written text analysis*. London/New York: Routledge, 1994.
- FOUCAULT, M. [1979]. *Microfísica do poder*. [s.l.]: Sabotagem, [200-?].
- \_\_\_\_\_. [1976]. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Universitária, 1995. p. 231-252.
- GEE, J. P. *An introduction to discourse analysis: theory and method*. London: Routledge, 2001.
- GRICE, H. P. [1975]. Logic and conversation. In: JAWORSKI, A.; COUPLAND, N. (Ed.). *The discourse reader*. London: Routledge, 1999. p. 66-77.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MAKONI, S.; MAKONI, B. Language and Identity in Africa. In: CHAPELLE, C. A. (Ed.). *Encyclopedia of Applied Linguistics*. Malden: Blackwell Publishing Ltd., 2013. p. 1-7.
- OLIVEIRA, R. C. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- SEVERO, C. G. A questão da identidade e o lócus da variação/mudança em diferentes abordagens sociolinguísticas. *Letra Magna* (Online), v. 4, p. 1-15, 2007. Disponível em: <<http://www.letramagna.com/variacaomudan%E7asocio.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2014.
- VAN LEEUWEN, T. The representation of social actors. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; COULTHARD, M. (Ed.). *Texts and practices: readings in critical discourse analysis*. London: Routledge, 1996. p. 32-70.